CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 307/80 (reautuado em 21/7/89)
Interessado : Reinidolch Caffagni
Assunto : Indicação do interessado para lecionar disciplina
"Metodologia Científica na FCCA de Votuporanga
Relator: Consº Celso de Rui Beisiegel
Parecer CEE nº 141/90 CTG "D" Aprovado em 31.01.90
Comunicado ao Pleno em 14.02.90

1. HISTÓRICO:

A direção da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Votuporanga submete ao Conselho a indicação de Reinidolch Caffagni para, na categoria de Professor III, ministrar a disciplina Metodologia Científica junto ao Departamento de Matemática e Disciplinas Instrumentais.

2. APRECIÇÃO:

O interessado já foi indicado anteriormente pela Faculdade em pauta e obteve o Parecer CEE nº 1023/81 favorável para ministrar a disciplina Sociologia.

É licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Preto-UNESP - 1964 e licenciado em Letras pela mesma Faculdade - 1969.

É Livre-Docente em Sociologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo-1978 e Doutor em Ciências pela Faculdade de Ciências e Letras de Avaré, homologada pela Indicação CEE nº 128/75.

A grade horária anexada está de acordo com a Deliberação CEE nº 10/86.

3. CONCLUSÃO:

Nos termos da Deliberação CEE nº 05/80, reconhece-se a qualificação de Reinidolch Caffagni para lecionar, na categoria de Professor III, a disciplina Metodologia Científica na Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Votuporanga.

A contratação, de responsabilidade da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas e Votuporanga em regime de CLT, consoante o art.37 da Constituição Federal.

São Paulo, 28 de dezembro de 1989.

a) Consº Celso de Rui Beisiegel
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o VoTo do RELator. O Consº João Gualberto de Carvalho Meneses foi voto vencido, nos termos de sua declaração de voto anexa.

Presentes os nobres Conselheiros:

Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá ,

João Gualberto de Carvalho Meneses,

Newton lesar Balzan e Ubiratan D'Ambrosio.

Sala da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em 31.01.90

a) Consº Celso de Rui Beisiegel

Presidente

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Parecer nº 141/90

DECLARAÇÃO DE VOTO

O art.37 da Constituição Federal de 05/10/83 estabelece os princípios referentes à administração pública, entre os quais, que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos ..." (inciso II). Os estabelecimentos de ensino superior municipais (públicos) continuam, entretanto, recrutando docentes sem a observância do dispositivo constitucional. Somos de opinião que a Câmara do Terceiro Grau e o Conselho Estadual de Educação deveriam adotar medidas urgentes para impedir a continuidade dessas irregularidades e, para isso, propomos:

1. suspensão da apreciação de indicação de professores nos termos da Deliberação CEE nº 05/80;

2. solicitação aos estabelecimentos municipais de ensino superior para que proponham alterações em seus regimentos, adaptando-os às normas constitucionais federal e estadual, no prazo de 30 (trinta) dias .

3. que enquanto isso os citados estabelecimentos apenas contratariam docentes em casos de substituição por tempo determinado,

4. que esta declaração de voto se destine à inclusão nos votos contra: dados em processos de indicação de docentes de estabelecimentos municipais de ensino superior.

São Paulo, 29 de novembro de 1989.

a) Cons. João Gualberto, de Carvalho Meneses
Autor